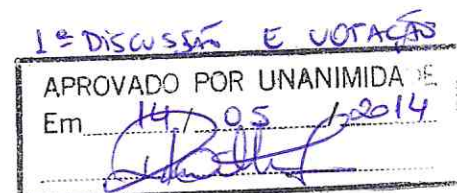




Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ



PROJETO DE LEI Nº. 49/2014

Processo:

273 / 2014

Data:

23/04/2014 13:51:51

Requerente:

HERCULANO DA SILVA

Estabelece o Regime de Diárias e Adiantamentos do Poder Legislativo, normas para o pagamento de despesas e revoga a Lei nº. 2.596/2013.

Art. 1º Estabelece o Regime de Diárias e Adiantamentos para a realização, em casos excepcionais, de despesas que não se subordinam ao processo normal de aplicação e, exclusivamente, para o atendimento dos seguintes casos e circunstâncias:

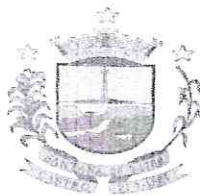
- I – Aquisição de material de consumo;
- II – Pagamento de pequenos reparos e serviços realizados por pessoa jurídica somente;
- III – Aquisição de combustível e realização de reparos em veículos pertencentes ao patrimônio público, quando em deslocamento fora do Município;
- IV – Deslocamento em viagens, incluindo hospedagem e alimentação.

Art. 2º A efetivação dos procedimentos de adiantamento e diárias far-se-á mediante o repasse de numerário ao servidor, previamente credenciado perante a Contabilidade, e com pedido por escrito, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, precedido de empenho na dotação orçamentária própria.

§ 1º Para que o adiantamento e/ou diária seja autorizado ao servidor solicitante, deverá ser aposta a autorização do Presidente da Câmara Municipal e, na ausência deste, do Administrador Geral da Casa.

§ 2º É vedado adiantamento a servidor que não tenha prestado contas de valor repassado anteriormente, nem ao responsável por dois adiantamentos em aberto.

Art. 3º Os valores das diárias, para deslocamento em viagens, é o constante do Anexo I, o qual passa a ser parte integrante dessa Lei.



Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. As diárias somente serão concedidas após comprovação de necessidade de deslocamento no exercício das atribuições do cargo ocupado no Poder Legislativo.

Art. 4º O valor máximo por despesa efetuada por meio de recursos de adiantamento previstos no Art. 1º, incisos I, II e III desta Resolução, não poderá ultrapassar a 5% (cinco por cento) do valor mínimo para licitação de compras e serviços.

Art. 5º A prestação de contas pelo responsável pelos recursos financeiros decorrentes de adiantamentos previstos nesta Resolução, deverá ser efetuada até o 25º (vigésimo quinto) dias a contar do recebimento do valor, sob pena de o servidor ter o valor descontado na integralidade em seus vencimentos, diretamente em folha de pagamento quando não atendido o citado prazo.

Art. 6º A devolução de valores destinados a viagens atenderá aos seguintes prazos:

I – Viagem não realizada: 02 (dois) dias úteis do recebimento;

II – Recurso não utilizado: 03 (três) dias após o retorno.

Art. 7º Como comprovantes de despesas somente serão aceitos Notas Fiscais, quando se tratar de pessoa jurídica e recibo em via original com a devida identificação (nome completo, endereço, RG e CPF), quando corresponder a pessoa física, exclusivamente em casos de utilização de carros de aluguel (táxi).

Parágrafo único. Os comprovantes terão que, obrigatoriamente, conter a discriminação das despesas efetuadas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº. 2.596/2013.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 22 de abril de 2.014.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO

Afixado em Mural

De 24 / 04 / 2014

Até 23 / 05 / 2014

Herculano da Silva
Herculano da Silva
Presidente

Belmer

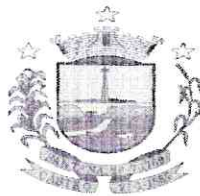


Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

Diárias para viagens a localidades até 70 km	Vereadores	Servidores
Diárias sem pernoite	R\$ 90,00	R\$ 60,00
Diárias para viagens a localidades entre 71 a 200 km de distância do município	Vereadores	Servidores
Diária com pernoite	R\$ 300,00	R\$ 200,00
Diária sem pernoite	R\$ 120,00	R\$ 80,00
Diárias para viagens a localidades acima de 201 km de distância do município	Vereadores	Servidores
Diária com pernoite	R\$ 375,00	R\$ 250,00
Diária sem pernoite	R\$ 150,00	R\$ 100,00



Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a necessidade de deslocamento a outras cidades, por parte dos vereadores e servidores, no exercício de suas atribuições, e, ante o baixo valor das diárias fixadas pela Lei nº. 2596/2013, foi consultado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a possibilidade de que o Poder Legislativo fixe seus próprios valores para diárias, ao que foi respondido afirmativamente, ante o princípio da autonomia entre os Poderes e necessidade de fixação de valor compatível com a realidade do deslocamento das viagens, considerando o custo de hospedagem e refeições praticados no mercado.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos Nobres pares.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Castro, em 22 de abril de 2014.


Herculano da Silva

Presidente